**PROCESSO**: **N º** 2000-001663/2017, Apenso Processo nº 2000-017055/2017.

**INTERESSADO:** SEÇÃO DE TRANSPORTE.

**ASSUNTO:** DIVERSOS ASSUNTOS.

**DETALHES**: SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO.

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000-001663/2017, em 01 (um) volume, com 49 (quarenta e nove) fls., Apenso Processo nº 2000-017055/2017, em 01 (um) volume, com 06 (seis) fls. que versa sobre o pagamento referente a serviços de manutenção no veículo FORD-RANGER com Placa NMG-7540, ora servindo a sede da SESAU. A solicitação de pagamento para a **empresa PEDRO H. P. GUEDES - ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68)** está orçada em **R$1.304,00(um mil, trezentos e quatro reais).**

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no **art. 59, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/93**. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls.49), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**1 – SOLICITANDO AUTORIZAÇÃO –** Às fls. 02/03, consta Ofício nº 02/2017, de 26/01/2017, de lavra do Servidor José Carlos Balbino Cavalcante, Sub-Gestor de Frota, solicitando autorização para execução de serviços emergenciais no veículo FORD-RANGER com Placa NMG-7540, ora servindo a sede da SESAU, tendo em vista a não conclusão do processo licitatório junto a Agência de Modernização da Gestão de Processos, juntando Termo de Referência.

**2 – COTAÇÕES DE PREÇOS –** às fls. 05/07 e 13/18, consta cotações de preços realizadas e nas empresas relacionadas abaixo, com datas de 10/02/2017, 09/02/2017 e 08/02/2017, como também consta às fls. 42/45, pesquisas com data de 22/03/2018, através do Site [www.cotaçãozenite.com.br](http://www.cotaçãozenite.com.br):

a – PEDRO H. P. GUEDES – ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68);

b - MARINHO GOMES E CIA. LTDA. (CNPJ nº 09.245.350/0001-92)

d - N C COMÉRCIO DE PEÇAS E SEVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA. – ME (CNPJ nº 03.519.237/0001-71);

Nesse processo observa-se, que foi sagrada vencedora a empresa **PEDRO H. P. GUEDES – ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68)** fls. 09.

Às fls. 46 consta Despacho s/n, de 22/03/2018, de lavra da Servidora do Setor de Compras, Jessyca Lívia Dantas de Queiroz e do Chefe da ASTECEJU, Gustavo Henrique Lyra de Holanda Silva, informando que as cotações realizadas através do Site [www.cotaçaozenite.com.br](http://www.cotaçaozenite.com.br)/homecliente, foi posterior a realização dos serviços.

Neste sentido, vale destacar a determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, através do Acórdão n° 1.038/2011 – Plenário: ***“... realize prévia pesquisa de preços no mercado local e, em caso de necessidade de contratações diversas de mesma natureza, atente para a necessidade de revezamento de fornecedores e/ou a juntada de cotações de diferentes fornecedores nos respectivos processos, além de evitar o fracionamento de despesas, observando-se os limites do art. 24 da supracitada Lei.” (G.N).***

**3 – AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS –** Nos Autos não consta despacho de AUTORIZAÇÃO para a prestação de serviços.

**4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – Verifica-se às fls. 41 consta dotação orçamentária referente ao exercício de 2018.

**5 – LIQUIDAÇÃO DA DESPESA –** A fls. 35/36, **c**onforme determina a Lei Federal nº 4.320/64, arts. 62 e 63, a empresa **PEDRO H. P. GUEDES – ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68)**, apresentou o DANFE nº 3122, emitido no dia 06/01/2018, no valor de **R$874,00 (oitocentos e setenta e quatro reais)**, e a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NFS-e nº 1689, de 06/01/2018, no valor de **R$430,00 (quatrocentos e trinta reais)**, Atestadas pelo Servidor José Carlos Balbino Cavalcante, Assessoria Técnica de Frota, o que, em princípio, comprova o direito adquirido em receber o respectivo crédito, possibilitando a seguinte verificação: a) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

**6 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE** – Não visualizamos nos autos as Certidões de Regularidade Fiscal da empresa **PEDRO H. P. GUEDES – ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68)**.

**7 - DA AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Às fls. 29Conforme informação do Setor de Contratos NÃO EXISTE contrato entre a SESAU e a empresa **PEDRO H. P. GUEDES – ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68)**, o que contraria o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93. Informações dadas através das Servidoras, Fernanda Caroline Almeida Freitas e Maria do Carmo, Assessora Técnica-Setor de Contratos - SESAU/AL.

**8 – DO ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 57.404/2018** – Observou-se o não cumprimento ao que determina o art. 57, do Decreto Estadual nº 57.404/18, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

**9 - DO CUMPRIMENTO DA NOTA TÉCNICA DA PGE/AL –** Considerando as circunstâncias que envolvem o pagamento ora pleiteado, revela-se necessária a observância das recomendações contidas na Nota Técnica exarada pela Procuradoria Geral do Estado de Alagoas – PGE/AL, através do Despacho PGE-GAB-PLIC-CD nº 2590/2017, alterado pelo DESPACHO PGE-PLIC-CD nº 3517/2017, que versa sobre pagamentos pela via indenizatória. *In verbis:*

I) O pagamento por indenização de despesas realizadas sem cobertura contratual poderá ocorrer quando observados os seguintes requisitos:

**a)** Atesto, elaborado pelo ordenador de despesa, do benefício auferido pela Administração Pública;

**b)** Ausência de má-fé do fornecedor ou executante aferida por meio de processo administrativo e atestada expressamente pelo ordenador de despesa, no sentido de que não tenha contribuído de qualquer forma para a irregularidade (Art. 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93);

**c)** Nota fiscal com atesto de que os bens/serviços foram efetivamente fornecidos, de acordo com as expectativas da Administração;

**d)** Justificativa da escolha do fornecedor ou executante;

**e)** Comprovação da compatibilidade do valor da indenização com o preço de mercado, aferida nos termos da IN 01/2016/AMGESP ou da IN 03/2015/AMGESP, conforme o caso;

**f)** Informe do crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

**g)** Inocorrência de prescrição do crédito;

**h) Oitiva prévia da Controladoria Geral do Estado – CGE/AL;**

**i)** Instauração de sindicância administrativa e, sendo o caso, de posterior processo administrativo disciplinar, por meio do qual se possa identificar e responsabilizar o (s) agente público (s) responsável (is) pela assunção irregular da despesa, tudo mediante ampla defesa e contraditório. (Lei nº 5.247/91, art. 158 e seguintes). (sem grifos no original)

Os autos evidenciam o não cumprimento das recomendações contidas na Nota Técnica exarada no Despacho PGE-PLIC-CD nº 2590/2017, alterado pelo DESPACHO PGE-PLIC-CD nº 3517/2017,(alíneas **a, b, c, d, e, f, g** e **i**).

De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a constatação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS PELA PGE/AL** –Que o SESAU demonstre o cumprimento da recomendação contida na referida Nota Técnica (alíneas **a, b, c, d, e, f, g** e **i**).
2. **DA NOTA DE EMPENHO** -Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e Liquidação, em favor da empresa **PEDRO H. P. GUEDES – ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68)** no valor de **R$1.304,00(um mil, trezentos e quatro reais).**
3. **DAS CERTIDÕES** – Que as certidões referentes à regularidade fiscal da empresa **sejam atualizadas** e acostadas aos autos quando do pagamento, sendo este ato condicionado à efetiva realização da sindicância administrativa e Processo Administrativo Disciplinar, quando couber.
4. **DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ART. 57 DO DECRETO Nº 57.404/2018 –** Que sejam juntados aos autos as declarações e documentos relacionados no art. 57 do referido Decreto Estadual.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens **I a IV**, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida à empresa **PEDRO H. P. GUEDES – ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68)**, mediante publicação do ato, conforme art. 57, § 3º do referido decreto.

Maceió-AL, 05 de abril de 2018.

Hertz Rodrigues Lima

**Assessor de Controle Interno/Matrícula nº 29.871/9**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**